



## Entrevista com Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (UFG)

Ademir Luiz da Silva\*

Fernanda Laura Costa\*\*

O historiador João Alberto da Costa Pinto, doutor em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense e professor no curso de História e na pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, não é um homem de meias palavras. Intelectual de formação marxista, desenvolve ampla pesquisa na qual analisa a sociedade brasileira a partir da ação dos gestores tecnocratas. Analisou a partir dessa perspectiva “A greve dos professores nas universidades federais em 2012”, título de seu primeiro livro. Acaba de lançar pela Cãnone Editorial uma obra que promete criar controvérsia, sobretudo nos círculos marxistas, “O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior”, onde realiza uma ousada reinterpretação da obra de um dos maiores ícones da esquerda brasileira. Nessa entrevista, João Alberto fala sobre a vida e a obra de Caio Prado Júnior, greves, a obra do historiador marxista português João Bernardo, ativismo de internet e sobre as manifestações que tomaram o Brasil.

ADEMIR LUIZ: O senhor é o principal divulgador e interprete da obra do marxista português João Bernardo no Brasil. No livro “Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta”, de 2003, João Bernardo defende que a classe que ele chama de gestores foi o principal articulador das três variantes do capitalismo moderno: o capitalismo democrático keynesiano dos EUA, o capitalismo de estado soviético e o capitalismo fascista europeu. É possível concluir que essa análise diminui o aparente fosso que existe entre o que tradicionalmente se define como democracia burguesa, socialismo e fascismo?

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO: Escrevi uns pequenos artigos sobre o marxismo do João Bernardo, apenas breves notícias de divulgação. O importante é que já há muitos jovens pesquisadores que vêm desenvolvendo excelentes estudos com base na obra de João Bernardo que muito em breve apresentarão resultados historiográficos de primeira grandeza. Não tenho dúvida alguma em considerar João Bernardo como o teórico marxista mais importante da atualidade, é pouco conhecido talvez porque escreva em português, mas em termos comparativos com o quadro geral do pensamento marxista das últimas décadas, não há nenhuma obra equivalente no mundo em termos de rigor de pesquisa, alcance teórico e consequências políticas. Em João Bernardo encontramos uma radical perspectiva anticapitalista do marxismo contemporâneo. Com base em Marx (fundamentalmente nas teorias da mais-valia) e também contra Marx e a maior parte dos marxismos, João Bernardo aparece-me como o único pensador marxista da atualidade que constrói o seu argumento

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente do programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Pós-doutor em Poéticas Visuais e Processos de Criação pela FAV / UFG. Correio eletrônico: ademir.hist@bol.com.br

\*\*Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora do curso de História e da Pós-graduação da UNIFAN – Faculdade Alfredo Nasser. Correio eletrônico: fernandalaura.costa@uol.com.br

teórico e político centralizado na universalidade da contradição que dá sustentabilidade a todas as institucionalidades da sociedade capitalista: a exploração da força de trabalho. É dessa centralidade que o autor desenvolve o seu “modelo” teórico. Ao contrário da maioria dos marxistas, aqueles marxistas de sucesso no mercado editorial capitalista e os marxistas dos salões acadêmicos, como um que visitará Goiânia nos próximos dias, os célebres marxistas da esquerda capitalista, ao contrário desses, a obra teórica de João Bernardo e a sua teoria dos gestores, está construída com a mais ampla pesquisa histórica que já vi um marxista fazer. Nesse livro que você cita na pergunta, temos 956 páginas do mais amplo estudo historiográfico já feito sobre os fascismos no século XX. Digo-o sem hesitar, nenhum dos grandes nomes da historiografia dos fascismos, seja nos EUA ou em França, Itália ou Inglaterra, tem um trabalho de investigação como o que João Bernardo elaborou. Sem contar os três colossais volumes (quase duas mil páginas) que dedicou ao estudo da transição histórica do regime senhorial (feudalismo) aos primórdios do capitalismo comercial, refiro-me à obra: *Poder e Dinheiro. Do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV* (3 vols. Porto, Afrontamento, 1995-2002). Essa pequena notícia sobre João Bernardo ajuda a responder a pergunta. A burguesia é uma classe dominante capitalista em extinção, os gestores-tecnocratas nos últimos cem anos é que vêm se configurando como a classe dominante capitalista. Dito assim justifica-se a aproximação dos três “modelos” históricos de gestão que vocês citam na pergunta. São os gestores quem comandaram a bolchevização leninista-stalinista na URSS, naquela experiência de capitalismo de Estado. Os trabalhadores soviéticos fizeram uma revolução para depois os gestores do partido os esmagar em níveis de exploração de trabalho nunca vistos – vejam que houve por causa disso, um levante comunista (Kronstad em 1921) contra o próprio governo bolchevique pela infame traição que esse governo impunha aos trabalhadores. Na URSS aplicaram-se em radicalidade extrema as técnicas do taylorismo-fordista (lá chamado de *stakhanovismo*), só assim é que se pode explicar como um país majoritariamente feudal em 1917 pudesse mandar a cachorrinha Laika ao espaço em fins da década de 1950, os soviéticos fizeram uma revolução capitalista em três décadas, revolução produtiva que no resto da Europa levou quase três séculos para se consumir. Nunca houve socialismo na URSS. O que se definiu historicamente na URSS, como na Alemanha, nos EUA e no Brasil de Vargas, foi isso sim, o capitalismo dos gestores-tecnocratas dentro de particularidades corporativistas nacionais.

ADEMIR LUIZ: Quem são os “gestores” e qual papel desempenham?

JACP: No seu estudo sobre o fascismo, João Bernardo descreve um dado pouco conhecido. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os países em guerra enterravam numa luta fratricida 65 milhões de cadáveres, contudo, enquanto os trabalhadores agora vestidos de soldados davam tiros uns nos outros por causa da cor da pele, de narizes aduncos e línguas diferentes, um grupo de senhores reunia-se muito educadamente várias vezes ao ano (desde 1930) na Basileia, Suíça, e entre cafezinhos e algumas fofocas sobre alguma bonita atriz de cinema, decidiam o destino do mundo para o após-guerra. Os cavalheiros reunidos na sede do Banco de Pagamentos Internacionais, sob o comando de Per Jacobsson, eram os ministros e secretários de economia de todos os países em guerra, incluídos os representantes estadunidenses, alemães, italianos etc. Para aqueles senhores, naquelas reuniões durante todos os anos da guerra, não havia guerra alguma. Aqueles senhores preparavam as instituições que unificariam os negócios do mundo no após-guerra. Esses são os gestores. Uma classe dominante capitalista que se fez dominante por ter o controle das instituições no processo capitalista. Os gestores são os responsáveis pela integração institucional mundial do capitalismo. Historicamente, para João Bernardo, com o processo de integração global do capitalismo, as burguesias nacionais a partir da década de 1920 deixavam de ser a classe

dominante capitalista, fato esse melhor acentuado porque nesse momento já se sistematizava a reestruturação administrativa das grandes empresas capitalistas que, de empresas familiares, burguesas, redefiniam-se como empresas de sociedades anônimas, de capital aberto. Um tipo de empresas, como dizia em 1932 o teórico norte-americano, Adolf Augustus Berle Jr., que passavam a caracterizar um capitalismo social não burguês.

ADEMIR LUIZ: Em seu livro “A greve dos professores nas universidades federais em 2012”, o senhor analisou detidamente o movimento descrito no título a partir da teoria dos gestores que tem desenvolvido. O senhor abre o primeiro capítulo com a frase: “os professores federais em greve rejeitaram a proposta apresentada pelo governo Dilma no dia 13 de julho de 2012”. Não houve greves de docentes das Universidades Federais durante os dois mandatos do presidente Lula. Foi basicamente uma estratégia dos sindicatos para demonstrar apoio político ao projeto do Governo ou é possível extrair desse cenário outras interpretações?

JACP: Com o programa REUNI do governo Lula houve uma grande expansão física das universidades federais no país, mais de 20 mil professores foram contratados (de 2005 para cá), contudo, multiplicou-se o universo de trabalho dos professores e dos funcionários administrativos para colocar essa expansão em movimento real. Vocês não imaginam a quantidade de trabalho que um professor desenvolve dentro de uma universidade federal: aulas, pesquisas, publicações, orientações de alunos na graduação, na pós-graduação (e ainda nos pedem que preenchamos à mão aqueles indefectíveis diários de classe) e tudo submetido a toque de caixa por instituições-torniquete (CNPq; CAPES) que no controle dos dinheiros da pesquisa (fundamentalmente) acabam quase sempre por impor determinações draconianas ao trabalho de pesquisa, determinações essas que são vitais para a própria reprodução da pesquisa, já que essas mesmas agências de fomento é que balizam o ranking das avaliações, e não poderia ser de outra maneira. O fato estrutural nas universidades federais é que é nelas que se encontra a pesquisa de ponta para a reprodutibilidade tecnológica do capitalismo brasileiro na sua locução com o mercado global. A universidade pública federal é uma instituição capitalista fundamental no projeto capitalista a que está envolvido o país nestes últimos anos, e queiramos ou não, o projeto capitalista tecnocrático-petista mantém-se de forma exitosa e irreversível nos seus fundamentos. A tecnocracia petista (com o apoio de outros partidos da esquerda capitalista, como o PCdoB) mostrou ao país nos últimos anos como se administra o capitalismo para valer. São os gestores. E se são os melhores gestores a administrar as condições gerais da produção capitalista nacional, são também a melhor forma institucional de organização da exploração da força de trabalho.

ADEMIR LUIZ: Por que o cenário mudou no governo Dilma?

JACP: Os maiores inimigos dos trabalhadores brasileiros são os gestores tecnocratas do PT e do PCdoB (com as suas respectivas centrais sindicais). Exagero no tom para enfatizar o real problema: fizemos uma greve contra um governo petista, cujo ministro da Educação (de grande incompetência negociadora) foi, em outros tempos, um dos fundadores do sindicato nacional mais importante de representação dos professores, o ANDES (há outro sindicato, o PROIFES que é mais governista que os próprios quadros tecnocratas do governo, mas esse não conta, tem uma pequena importância num lugar ou outro, mas é irrelevante e em breve desaparecerá). Vejam então o paradoxo: milhares de professores contratados diante de uma vigorosa expansão dos campi das federais no país inteiro (algo sem precedentes na história do país), junto a isso um aumento brutal na carga de trabalho de todos os que estão dentro da universidade, tivemos a greve que por mais de três meses paralisou 57 das 59 universidades federais. E qual o motivo da paralisação? O óbvio, o justo: melhores condições de trabalho

para os professores, melhores salários, etc. Mas pense na questão: melhores condições de trabalho para tornar ainda mais eficiente a produção capitalista da universidade, melhores condições de trabalho para a produção de tecnologias mais eficientes para a produção capitalista em geral, ou seja, a greve foi em defesa de uma institucionalidade capitalista ainda mais eficiente para a universidade. Na universidade pública as lutas dos trabalhadores nelas envolvidos aguçam ainda mais a dinâmica da lógica das condições gerais de produção capitalista porque as universidades têm esse papel fundamental para o capitalismo. Essa é a contradição insuperável, assim, o sindicato mais importante dos professores ao lutar por essa pauta é um sócio do projeto capitalista (mesmo que não se pense assim) a que está inserido o país, e nesse quadro de contradições os professores lutaram contra os gestores do Estado ao lado dos gestores sindicais, potenciais gestores noutra governação da esquerda capitalista, se um dia isso for possível, nessa hipótese, teríamos então percursos similares ao do senhor Mercadante. Da greve, a conquista real deu-se pelas relações de solidariedade construídas entre os professores, funcionários e estudantes.

FERNANDA LAURA COSTA: Ao questionar se existe ou não a exploração do trabalho/trabalhador e como se processa numa das várias aulas que já assisti, o senhor enfatizava a atualidade e a validade do pensamento e da prática marxista. Analisando os trabalhos apresentados nos colóquios de História é visível que essas problematizações perderam espaços. Inserir o conceito de gestores rejuvenesceu a tradição marxista? Há alguma possibilidade metodológica de juntar gestores com intelectuais?

JACP: Todo intelectual dentro das institucionalidades capitalistas é um gestor por excelência, mesmo os que se recusam a sê-lo. Nas universidades federais cada professor é obrigado a ser um gestor na administração das suas pesquisas e produtos confeccionados com seus grupos de pesquisa, com os alunos que orienta, a assumir cargos de direção, cargos sindicais, muitos fazem disso a sua vocação principal. O lamentável é que quase todos nós queremos é nos esmerar ainda mais nesse processo de eficiências produtivas. O marxismo no debate acadêmico sobrevive com alguns professores isolados e se aparece é como mais um produto-tema entre outros. Citar um pensador marxista como Gramsci ou uma pensadora liberal como Hanna Arendt dá quase no mesmo, porque os fins dos que os citam acabam sendo os mesmos: preencher o currículo Lattes. Uma tristeza. Mas, como lhes disse no início, há boas perspectivas para em médio prazo termos na universidade a presença de marxismos revigorados resultado de trabalhos acadêmicos que se vão fazendo.

ADEMIR LUIZ: Em seu novo livro “O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior”, o senhor enfoca e reinterpreta a trajetória intelectual de um dos maiores ícones da esquerda brasileira. O que motivou a opção por estudar Caio Prado Jr.?

JACP: O assunto Caio Prado Júnior acompanha-me há bastante tempo, desde a minha dissertação de mestrado na PUC/SP feita há vinte anos quando na ocasião fiz um estudo da pradiana ainda sem eixo teórico-metodológico, algo descritivo. Era fascinado pelo autor, mas nessa ocasião já começava a ficar assombrado com as coisas que ele escreveu sobre o próprio marxismo. Retomei o Caio Prado Jr. na tese de doutorado, mas com a sua obra e trajetória estudadas comparativamente junto às de Gilberto Freyre (e a Fundação Joaquim Nabuco) e Nelson Werneck Sodré (e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e com os recursos teórico-metodológicos dos marxismos de Lucien Goldmann e João Bernardo. Com os três clássicos do pensamento social a perspectiva foi a de elaborar frente às trajetórias institucionais dos autores e das suas obras algo que tento definir como uma visão de mundo tecnocrática no Brasil, o fato ideológico central na constituição da revolução capitalista dos

gestores (1920-1970), e assim, “atirar uma pedrinha” no mito historiográfico da chamada “revolução burguesa no Brasil”. Os intelectuais, suas institucionalidades, suas obras e pensamento como sínteses de uma visão de mundo capitalista-tecnocrática para tentar asseverar a hipótese de uma “revolução capitalista *não-burguesa*” no Brasil no período citado.

ADEMIR LUIZ: Caio Prado Júnior pertencia a uma das mais poderosas e tradicionais famílias paulistanas, os Silva Prado. O que representava ser filiado ao PCB e, ao mesmo tempo, ser um “aristocrata” no Brasil da década de 1930? É possível mensurar de que forma essa questão interferiu na visão de mundo e, conseqüentemente, em sua produção intelectual?

JACP: Nas entrevistas que fiz com a senhora Hermínia Prado, a primeira esposa com Caio Prado Jr. esteve casado de 1928 a 1939, e com Danda Prado, a filha, soube que elas “sofreram o diabo” com essa opção política do autor em filiar-se ao PCB no ano de 1931. Muitos amigos da família atravessavam a rua para não ter que os cumprimentar. Não há dúvida que a decisão teve um ônus social imenso para a família Prado. No entanto, tal opção não traduz necessariamente uma opção proletária do autor, ao contrário. Caio Prado Jr. disponibilizava de toda a fortuna da família, seu casamento era subvencionado por uma mesada da família (algo muito comum em famílias da “aristocracia” paulistana). Nunca houve ruptura alguma de classe como alguns dizem. O que importa reiterar (e insisto nisso no livro) é que na altura da filiação ao PCB, Caio Prado Jr. já expressava uma concepção de mundo radicalmente nacionalista. Foi o nacionalismo (de matriz castilhistas a que esteve associado quando estudante de Direito em 1924-1928) que levou o jovem Caio Prado Jr. à “radicalidade” da filiação pecebista. Pode parecer uma contradição o que lhes digo, mas não é. Não havia um campo comunista constituído ideologicamente no Brasil, e o PCB era um partido intrinsecamente nacionalista. Luís Carlos Prestes sempre foi um nacionalista-positivista, jamais um marxista (as referências que faz ao marxismo de cartilha stalinista são mediadas por uma forte inflexão positivista e nacionalista). Na década de 1930, ser “comunista” era ser na verdade nacionalista anti-imperialista. A perspectiva corporativista é que cimentava e homogeneizava os naipes “partidários” de então. O General Góes Monteiro (Chefe do Estado Maior das Forças Armadas no primeiro Governo Vargas), um notório germanófilo era na essência do seu argumento, um nacionalista corporativista, por isso elogiava publicamente o que Stálin fazia na URSS e defenestrava a raquítica burguesia brasileira pela sua incompetência estrutural. O Estado e a Nação eram as realidades ideológicas de quase toda a esquerda do período. Essa percepção do nacionalismo “estatal” fascinava Caio Prado Jr. Era um admirador do projeto varguista. A sua primeira prisão política deu-se numa festa no Club Trianon (festa das grandes famílias da burguesia cafeicultora paulista) em homenagem a Júlio Prestes, então candidato à presidência da República no ano de 1930, quando o jovem Caio Prado Júnior, talvez já com uns copos a mais, subiu numa mesa e gritou um “Viva Getúlio Vargas!” (que era o candidato de oposição). Insisto, foi da cultura positivista castilhistas (na Faculdade de Direito São Francisco, duas correntes colocavam os estudantes em choque político: os liberais e os castilhistas, o estudante Caio Prado Júnior sempre esteve ao lado dos castilhistas), do modelo de estado regulador e interventor de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul (modelo que se manteve nos governos Borges de Medeiros e Getúlio Vargas), nesse modelo, é que Caio Prado Jr. definiu ainda muito jovem a sua concepção de mundo, o que veio depois, agregou-se a essa perspectiva.

ADEMIR LUIZ: O senhor defende no livro que mais do que um historiador marxista, Caio Prado Júnior foi um filósofo da política que “leu, estudou e escreveu sobre o marxismo, mas o fez diante de uma perspectiva política matizada pelo nacional corporativismo”. O que essa mudança de eixo representa na compreensão da obra do autor?

JACP: Tenho como tese que a concepção de mundo de Caio Prado Jr. é nacionalista corporativista e não comunista ou socialista. A proposta do livro é a de apresentar ao leitor as diretrizes fundamentais da obra de Caio Prado Jr., ser uma introdução ao seu pensamento e obra, mas, fundamentalmente, definir esse conjunto junto aos quadros ideológicos do nacionalismo corporativista, isso é o que proponho como tese e espero convencer os leitores da factibilidade do argumento. Sei da enorme força institucional que Caio Prado Jr. ainda agrega mesmo que ninguém mais leia a sua obra, o que é lamentável. Mas todos asseveram-lhe o suposto marxismo e aqueles que o leram e escreveram sobre ele, esquivam-se de considerar a obra de economia política e filosofia que o autor publicou nas décadas de 1950-1960, que no meu entender são o substrato do projeto do autor, o seu maior esforço intelectual deu-se com as publicações desse período. Ao considerar o conjunto da pradiana, tentei dar ênfase às reais intenções políticas do autor nesse período e enfatizar ou ao menos descrever um conjunto de trabalhos que raramente são considerados pelos especialistas na pradiana. Ninguém comenta as quase mil páginas que o autor escreveu na década de 1950 sobre epistemologia e filosofia “marxista” para dar forma ao seu projeto teórico maior, a formulação da Lógica Dialética Positiva. São trabalhos que acabam por “massacrar” o marxismo que, no entanto, são reiterados pela escolástica “pradiana-uspiana” como livros autenticamente marxistas. O senhor Antônio Cândido, numa palestra em 1992, ano já distante, no Arquivo do Estado de São Paulo, palestra na qual estive presente, disse ao seu público que a obra filosófica de Caio Prado Jr. o colocava ao lado dos grandes clássicos do marxismo no Século XX. Se tivesse lido os livros não teria dito isso.

ADEMIR LUIZ: O senhor descreve Caio Prado Junior como um “interprete do capitalismo colonial” que polemizou com outros autores, que defendiam a tese do “feudalismo” brasileiro. No que consistiu esse debate?

JACP: A tese clássica de Caio Prado afirmada já em 1933 determina a historicidade da formação colonial do Brasil à lógica do capitalismo comercial em estruturação na Europa, por ser a colônia um espaço produtor de mercadorias (especialmente o açúcar) que atendia ao mercado europeu, a organização do empreendimento açucareiro não poderia, portanto, ser percebida como feudal. No livro de 1933, numa das suas primeiras notas de rodapé já afirma a impossibilidade do Brasil ser feudal, ali o autor já estava dialogando contra as matrizes pecebistas que naquela ocasião já chancelavam as diretrizes programáticas do Sexto Congresso da Internacional Comunista (Moscou, 1928), diretrizes essas que por definirem o Brasil como um país semicolonial determinavam os comunistas brasileiros a lutar por aquilo que se chamava de “revolução democrático-burguesa”, e se a revolução a defender era a democrático-burguesa, assim, a lógica processual obrigava-os a entender a colônia e os primeiros anos da República como expressão de um feudalismo colonial ainda remanescente, especialmente pela presença do latifúndio. Caio Prado Jr. forjou um paradigma historiográfico que ainda hoje se mantém com força explicativa, mas já é bastante contestado, especialmente pela historiografia acadêmica no Rio de Janeiro (UFRJ e UFF). Em minha opinião a tese historiográfica mais original e complexa elaborada no campo do marxismo brasileiro foi a de Nelson Werneck Sodré em dois livros soberbos publicados em 1962 e 1964, *Formação Histórica do Brasil* e *História da Burguesia Brasileira*, respectivamente. Nas teses de Werneck Sodré encontramos a tese da “contemporaneidade do não-coetâneo”, isto é, a colônia brasileira nasceu escravista, e depois regrediu a formas feudais, especialmente no Norte e Nordeste e noutras regiões se constituiu em formas capitalistas rudimentares, no Sudeste, especialmente, com o latifúndio cafeicultor. Assim haveria a presença de “três modos de produção” num mesmo processo histórico. A tese sodreana era bastante sofisticada. Caio Prado era um stalinista com uma tese não stalinista sobre a colônia. Werneck Sodré era

um leninista, mas com uma tese que não pode ser enquadrada à matriz stalinista. A ortodoxia stalinista que defendia a tese do feudalismo foi elaborada em 1963 por Alberto Passos Guimarães, no excelente livro: *Quatro Séculos de Latifúndio*.

ADEMIR LUIZ: O senhor analisa dois relatos de viagens empreendidas por Caio Prado Júnior à antiga União Soviética. Chamou minha atenção a diferença temporal entre a primeira e a segunda. O livro “URSS – um mundo novo” foi publicado em 1934, enquanto “O mundo do socialismo” é de 1962. Houve diferença significativa de perspectiva por parte de Caio Prado Júnior nesses dois momentos?

JACP: A primeira viagem foi feita em 1932. Caio Prado e a esposa, saíram de Paris como “turistas” com uma programação de viagem organizada por uma empresa chamada Entourist. Essas viagens eram comuns, a URSS estimulava-as para efeitos de propaganda porque os turistas eram acompanhados a viagem toda por guias soviéticos responsáveis pela descrição dos feitos que o Primeiro Plano Quinquenal já apresentava na ocasião. O André Gide, o célebre escritor francês, esteve na URSS nesse período e como era um homossexual assumido era-lhe comum nos hotéis em que se hospedava, durante a viagem, encontrar banheiras e piscinas cheias de rapazes à sua disposição. Quando entrevistei a senhora Prado, no Rio de Janeiro, anos atrás, perguntei-lhe dessa viagem. Disse-me que viram pouca coisa, o guia não os deixava sozinhos, e pouco se compreendiam nas conversas, ela disse-me que falava o alemão e o Caio falava o inglês e o francês, assim com algum esforço faziam-entender com o guia que só falava russo. Caio Prado Jr. voltou fascinado com o país dos soviéticos. Fez várias palestras sobre a URSS em São Paulo e no Rio de Janeiro e dessa experiência escreveu o livro citado e publicado em 1934. Mas o livro pouco fala da viagem em si, na verdade recompila argumentos produzidos por intelectuais soviéticos em bibliografia que já era bastante disseminada entre a militância comunista brasileira. Caio Prado gostava de citar um manual soviético de introdução à crítica da economia política escrito por Lapidus e Ostrovitianov, ainda deve existir uma edição em português desse livro. Em 1961, na companhia da sua filha Danda Prado e de mais alguns comunistas brasileiros, entre eles o Mario Alves, voltou à URSS e complementou a viagem pela China e Tchecoslováquia. Dessa viagem temos o livro de 1962 que na verdade é uma apologia stalinista ao mundo soviético. Nessa ocasião, Caio Prado Jr. mantinha e reiterava as suas expectativas de 1934 (ainda que no livro de 1934 o tom da argumentação não tivesse a marca da catilinária stalinista apresentada nesse livro de 1962). Em 1934 tinha grandes expectativas e fascinou-se com o projeto stalinista em andamento, em 1962, via o projeto consumado, e asseverava a grande obra de Stálin. Ressalve-se que Caio Prado nunca fez qualquer comentário crítico ao relatório de Nikita Krushev aparecido em 1956 em que se relatavam os crimes de Stálin, esse documento que convulsionou a esquerda pecebista no final da década de 1950, nunca foi comentado por Caio Prado. Há, evidentemente, diferenças de conteúdo em ambos os livros, mas penso que as expectativas de Caio Prado em 1934 foram “realizadas” nas décadas seguintes e o livro de 1962 acabou por reiterá-las e considero esse último livro uma síntese emblemática da sua concepção de mundo.

FERNANDA LAURA COSTA: Gramsci é extremamente utilizado nos manuais e discursos pedagógicos, sobretudo quando destaca a educação como meio para a revolução. Nessa perspectiva, o professor seria o agente fundamental dessa revolução. Qual a possibilidade da formação de professores, no Brasil atual, gerar intelectuais orgânicos? Ou, a maioria dos professores – tanto na educação básica quanto na superior - não são intelectuais, mas utilizam do discurso para legitimação?

JACP: No atual modelo institucional educacional, seja ele público ou privado, seja de ensino fundamental, médio ou superior, é impossível qualquer prática revolucionária porque tais instituições são produtoras da mercadoria fundamental do capitalismo: a força de trabalho. Os professores são força de trabalho produtora de força de trabalho. Podem apresentar Gramsci, Marx ou qualquer outro marxista para os seus alunos, mas sempre estarão preparando força de trabalho para o mercado capitalista. Nada contra os marxistas gramscianos, muito ao contrário, aqui na UFG temos alguns professores gramscianos com trabalhos de altíssimo nível intelectual, mas sou bastante cético para acreditar que dentro do atual modelo educacional possa surgir algo de “revolucionário”, se acontecer será, isso sim, para revolucionar a gestão do próprio capitalismo, torna-lo ainda mais eficiente, afinal, nas últimas décadas qual o partido político que melhor desenvolveu no interior dos seus debates e organização a pauta gramsciana? Foi o PT. O mais eficiente partido na gestão capitalista da história da república brasileira tem dentro das suas tradições teórico-políticas uma significativa presença da cultura gramsciana. Gramsci (que não tem culpa nenhuma disso) na verdade acaba por ser um instrumento para a formação de quadros tecnocratas, gestores-tecnocratas, é nisso que se tornam os tais “intelectuais orgânicos”. Afinal, para que serve um pedagogo? Na maior parte do tempo para aborrecer os professores com aquelas inocuidades político-pedagógicas (exigindo diários de classe, conferindo chamadas de presença, etc., e muitas outras coisas), mas, fundamentalmente, para administrar uma instituição produtora de força de trabalho, é isso o que a escola é: uma fábrica que produz a mercadoria fundamental do capitalismo: a força de trabalho. Algo diferente desses paraísos de gestores (nas universidades, especialmente) só poderá ser pensado se resgatarmos a historicidade das práticas político-pedagógicas proletárias em experiências como as sugeridas por teóricos como Alexander Bogdanov e Simone Weil, nas décadas de 1910-1930, quando defenderam e tentaram organizar universidades para os trabalhadores, e controladas por eles, com os intelectuais sem funções dirigentes.

ADEMIR LUIZ: O atual debate político público ganhou contornos circenses. Sobretudo o realizado nas redes sociais. Parece que a cosmética suplantou os argumentos. De um lado temos jovens esquerdistas adotando sobrenomes indígenas e invadindo laboratórios de pesquisa para libertar bichinhos indefesos da maldade humana. Do outro lado, temos ditos conservadores que se apegam as mais diversas teorias da conspiração. Mesmo respeitáveis decanas se transformaram em vedetes histriônicas, berrando contra a classe média. Como o senhor interpreta esse cenário? É possível equilibrá-lo?

JACP: É verdade que com a espetacularização midiática as práticas da ação para as fotos do Facebook ganham expressividade acentuada, ao menos por algumas horas depois de postadas. O politicamente correto na “juventude esquerdista” do Facebook é de uma chatice atroz. Jovens ocos em meio a “lutas” ecologicamente corretas, “veganamente” corretas, em defesa dos cães usados em “laboratórios” (e os desgraçados dos hamsters sempre ficam esquecidos por lá); “lutas” contra as hidrelétricas no Norte do país para “proteger” cobras pré-históricas que devorariam qualquer uma dessas belas almas se um dia lá pusesse os pés; belas almas que no conforto dos condomínios de classe média alta, onde vivem, reclamam aos gritos contra o atraso do país se por acaso a energia elétrica lhes deixa de ser fornecida por alguns minutos interrompendo o bate-papo virtual nalgum “chat” de assuntos ecologicamente corretos. O vazio nunca poderá ser equilibrado, apenas continuará a existir. Inúmeros outros respeitáveis decanos assumem-se cinicamente histriônicos, tanto à esquerda como à direita, principalmente à direita. Mas em meio a tudo isso há muita coisa nova e interessante acontecendo com as práticas políticas estudantis e dos trabalhadores, lutas sociais que levam a

esse histrionismo reacionário tão comum no nosso tempo: aquele estampado nas principais capas de algumas revistas semanais.

ADEMIR LUIZ: Como o senhor interpreta a onda de manifestações que tomou conta do Brasil em 2013? Ela está arrefecendo ou se fortalecendo? Qual cenário o senhor prevê para 2014, o ano da Copa? A atuação dos Black Blocs é legítima?

JACP: A atuação dos Black Blocs é tão perfeitamente legítima, como necessária. A prática da “afrenta” à ordem policial repressiva tem que ser defendida por todos nós. As lutas sociais acontecidas em junho, julho e que ainda arrebentam aqui e acolá trouxeram algo de contundente às camarilhas da política tecnocrática institucionalizada. Essa afronta às instituições tinha que acontecer, e certamente que continuará a acontecer. Governos tecnocráticos autistas da direita reacionária (PSDB) e da esquerda capitalista muito satisfeita consigo mesma (PT e PCdoB), devem ser continuamente confrontados por demandas sociais concretas para assim tornarem-se de uma vez por todas, governos republicanos. Lutar por melhores transportes e pela gratuidade das passagens é defender um melhor funcionamento das institucionalidades capitalistas. Serviços de deslocamento de trabalhadores de casa ao trabalho são de responsabilidade do capital e não dos trabalhadores, se um empresário quer ter mão-de-obra disponível na sua fábrica às sete da manhã então deveria garantir essa presença, vejam então que os transportes de trabalhadores são parte do capital-fixo da empresa, então por que os trabalhadores o deveriam pagar, ou pagar tão caro assim? As ruas pedem a República. Os partidos tradicionais, especialmente os da esquerda capitalista não apresentam absolutamente nada como alternativa política para a sociedade em geral, em dez anos de tecnocracia petista o que todo mundo descobriu é que *esses caras* querem apenas ser os melhores administradores do capital. O projeto político da esquerda capitalista (especialmente com o PT e o PCdoB) é o de reproduzir-se nas entranhas institucionais do capital e afirmar-se nele como o seu melhor administrador, e nesses poderes de controle e funções, como poderia dizer a Simone Weil, temos um verdadeiro poder de classe, o poder dos gestores como classe dominante capitalista. Esses são os reais inimigos dos trabalhadores, dos estudantes, de todos aqueles que não têm controle algum sobre as suas vidas cotidianas.

ADEMIR LUIZ: O senhor é conhecido por ser um grande entusiasta da alta literatura. Ainda existe espaço para a literatura engajada? Se sim, em quais moldes?

JACP: Não sei ao certo como responder a essa vossa indagação, pois com a literatura sou apenas um leitor assistemático de alguns autores que muito têm a dizer pelas suas marcas realistas emblemáticas. Recomendo, quase obrigo, os meus alunos a terem a literatura como documentos vivos de época, expressões de imaginação histórica que documentam a processualidade histórica, não para sugerir homologias à historicidade (torna-se obrigatório estudar o percurso e o sentido político do autor que produz essa literatura). A literatura de John Dos Passos é um documento extraordinário dos EUA no período das décadas de 1920-1930, como a de Alfred Döblin para a Alemanha pré-nazista. O engajamento da obra literária definido pela universalidade documental que sugere ao processo histórico que a viu ser produzida. Mas hoje, no atual inferno dos “hermeneutismos emasculados”, sequer a historicidade do autor-obra é considerada sob qualquer perspectiva historiográfica e o que se vê é um emaranhado de tolices em formalismos de decomposição analítica das tais textualidades imanentes. Mas o assunto escapa-me. Uso a literatura como documento historiográfico. Com o “Coração das trevas” de Conrad, o “Mogli” de Kipling e o “Tarzan” de Rice Burroughs posso ministrar um curso de história do colonialismo. Meu engajamento

como historiador com a literatura limita-se a isso. Mas confesso-lhes que com Albert Camus encontro o sentido de muita coisa para a minha vida.

Novembro de 2013

